

PEREZ, REGINALDO TEIXEIRA. *O PENSAMENTO
POLÍTICO DE ROBERTO CAMPOS: DA RAZÃO
DO ESTADO À RAZÃO DO MERCADO (1950-1995)*.

2. ED. EDITORA UFSM: SANTA MARIA, 2021.

Gabriel Vaccari*

Luis Guilherme Camfield Barbosa†

O impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, o interregno do Governo Temer e a vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018 marcaram uma grande inflexão histórica. A política brasileira experimentou um radical giro à direita, com importantes impactos na redefinição das relações entre Estado, economia e sociedade.

Somando-se aos fatos, nos últimos anos surgiram grupos de pesquisas, congressos, dossiês, coletâneas, artigos e livros sobre a “nova direita” brasileira e o “bolsonarismo”. Em 2020, para dar um exemplo dessa onda de interesse renovado, a etnografia política “Menos Marx mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira”, tese defendida na Universidade de São Paulo pela cientista política Camila Rocha, foi laureada pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) com o prêmio de melhor tese em Ciência Política produzida no Brasil no biênio 2017-2019. Nesse trabalho, amparada em cuidadosa pesquisa de campo, Rocha mostra como grupos e *thinktanks* liberais, surgidos nos anos 2000, ganharam musculatura e base social, tornando-se protagonistas sociais importantes nos recentes anos da política nacional. Nos capítulos em que Rocha apresenta a visão ideológica de mundo desses grupos, reluz como referência intelectual para muitos de seus integrantes, além dos clássicos estrangeiros do pensamento liberal, um intelectual brasileiro: o economista, diplomata e político Roberto de Oliveira Campos (1917–2001).

Nesse contexto, é muito oportuna a reedição do livro “O Pensamento Político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950–1995)”, de autoria do cientista político Reginaldo Teixeira Perez (UFSM). Originada

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM; e-mail: Gabriel.vaccari360@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-9904-1125>

† Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM; e-mail: lgcbarbosa@outlook.com. <https://orcid.org/0000-0003-0080-6816>

na tese doutoral do autor (IUPERJ, 1998), a obra busca reconstituir o ideário político de Campos, assumindo, como premissa, que ele teve papel central nos rumos políticos do Brasil durante a segunda metade do século XX. Perez busca demonstrar que, além de ocupar cargos públicos importantes – diplomata, ministro, senador (1982–1990) e deputado federal (1990–1998) – e ter um trajeto biográfico que, em grande medida, sintetiza as contradições e des-caminhos do liberalismo nessas terras, Campos teria também contribuído para a política nacional de maneira decisiva através do seu papel como artífice das lentes por meio das quais a direita liberal brasileira, à semelhança de setores mais conservadores, passou a interpretar o país.

Mas, afinal, por que estudar essa figura política/intelectual? Qual a sua importância? Como se mede essa importância? De que maneira se opera tal pesquisa? Na tentativa de responder a esses e outros questionamentos, Perez organiza um amplo cabedal teórico em seu auxílio. Metodologicamente, o estudo filia-se ao *contextualismo linguístico* de Quentin Skinner (2005), o qual exige que o pesquisador mobilize um verdadeiro mosaico contextual para que, dentro dele, faça-se o estudo histórico das ideias examinadas. O ponto central seria compreender o texto dentro do seu contexto, equiparando palavras a ações, que só podem ser compreendidas dentro do seu uso. Dessa maneira, tão importante quanto “o que Campos disse” sobre os rumos político-econômicos do Brasil é saber “como ele disse” e “com quem ele debatia” essas ideias.

Operacionalmente, o livro traz, em cada um de seus seis capítulos (acompanhados, nesta segunda edição, de um importante posfácio), uma leitura atenta de dois ou mais textos centrais escritos por Campos sobre o assunto examinado, tendo como pano de fundo momentos históricos-chave, complementados por textos de debatedores que descrevem o mesmo contexto a partir de pontos de vista distintos. Muitas vezes, inclusive, o próprio Campos é usado para esclarecer a si mesmo a partir de textos “menores”, laterais ao debate central – frequentemente analisando *a posteriori* as suas ações e ideias. A obra também traz um debate profundo em suas notas de rodapé, imprescindíveis à compreensão do assunto exposto e com substancial acréscimo analítico.

O período examinado pela obra engloba as décadas em que Campos participou como protagonista do debate público brasileiro, que se estende das polêmicas a respeito da melhor estratégia a ser adotada para superar o subdesenvolvimento nacional, na década de 1950, até as reformas econômicas e

institucionais da década de 1990. As mutações que o pensamento *camposiano* sofre no decorrer desse amplo recorte temporal, segundo Perez, teriam antecipado – e até influenciado – as transformações político-econômicas nacionais. Esta é a primeira parte da hipótese interpretativa do livro: a trajetória de Campos corporifica e sintetiza a história da construção do capitalismo brasileiro na segunda metade do século XX.

A segunda parte da hipótese é que o pensamento de Campos varia de uma posição de desenvolvimentismo moderado (Razão do Estado), que marca sua trajetória política e produção intelectual entre as décadas de 1950 e 1960, para uma adesão crescente ao liberalismo econômico (Razão do Mercado), que se torna seu traço característico *ad finem*. Para narrar essa mudança, Perez revisita a história brasileira, retratando em cada momento qual foi o papel do seu objeto de estudo nas transformações sociopolíticas nacionais.

De início, para explicar o contexto do debate em que Campos se insere, Perez localiza suas raízes na disputa política e intelectual existente entre desenvolvimentismo e liberalismo, que nos anos 1940 teve um de seus grandes marcos na já clássica contenda entre o empresário industrial Roberto Simonsen e o economista Eugênio Gudin (2010). No período analisado, as elites que consolidam o Brasil como nação capitalista industrial moderna pelas mãos de um Estado de planejador (Bresser Pereira, 2014) são as mesmas que, a partir dos anos 1980, passam a questionar esse protagonismo do setor público e a requerer reformas promotoras de um maior espaço para a operação do mercado. A inflexão no conteúdo que preenche a racionalidade *camposiana* reflete e decanta tais transformações.

[Campos] partirá de uma posição claramente desenvolvimentista – ainda que bastante desfilhada do estruturalismo – e se aproximará gradativamente dos liberais. Entretanto a qualificação de “ecletismo dinâmico” parece ser mais adequada para o exato posicionamento do autor no período: não foi um típico desenvolvimentista – assim como o foi Furtado –, e nem chegou ao liberalismo de Gudin nos anos 60. Campos foi um pensador influenciado pelo feixe de semânticas que compuseram o universo ideológico daquele momento – mas permaneceu autônomo intelectualmente. E é esse discernimento que propiciará a marcação de sua originalidade (Perez, 2021, p. 112).

A terceira hipótese central de Perez é que *entre o “primeiro” e o “segundo Campos”*, um elemento de ligação produz *continuidade de forma na descontinuidade de conteúdo*: o conceito de *racionalidade*. Na primeira fase, a fragilidade do setor privado, supostamente embebido de emocionalidade, exigia que o Estado participasse da economia como planejador. Dada a falta do “empresário *schumpeteriano*” brasileiro, para o qual “o fim é não ter fim” (Perez, 2021, p. 120), o Estado assumiria o papel de construtor da ordem capitalista – a saber: um mercado econômico urbano constituindo-se ao mesmo tempo de um “mercado político”. Para tal fim, o economista apostava na industrialização com financiamento de poupança externa – tal era a *fórmula* de Campos em sua primeira fase.

Para Campos, a conjunção de dois fatores – escassez de experiência na gestão de empresas e a desigual distribuição de renda – tornam tanto a capitalização quando a sua dinamização limitada nos países atrasados, redundando em mercados pequenos e tíbios, daí a necessidade de a iniciativa pública suprir a lacuna. (Perez, 2021, p. 119).

Na segunda fase do pensamento *camposiano*, a razão não residiria mais no Estado, mas estaria pulverizada no mercado. Uma vez que a sociedade brasileira se complexificou, o Estado teria perdido o seu papel de “demiurgo” do desenvolvimento econômico. Caberia devolver à iniciativa privada o papel de destaque. Era necessário um Estado pequeno, mas forte (forte, porque pequeno), dando capacidades para que o governo pudesse tomar decisões.

Campos, conforme retrata Perez, foi um crítico contumaz do texto promulgado da Constituição de 1988 por considerá-la um “catálogo de utopias” que deixaria o país “à margem do processo de modernização política e econômica que empolgava o mundo exterior”, pois estava “impregnada de uma cultura antiempresarial” e, no limite, “tornava o país ingovernável” (Perez, 2021). Inspirado no modelo constitucional minimalista de “Demarquia” proposto por Hayek (1984), Campos afirma que as leis devem ser uma espécie de decantação dos costumes. Caso contrário, seriam apenas “ilusões”, artificialidades sem embasamento sociocultural, e, por isso mesmo, fadadas ao fracasso. “A democracia deve ter limites. Esta parece ser a síntese da lição que Campos desejava passar aos seus emocionados interlocutores Constituintes” (Perez, 2021, p. 256). Da mesma maneira que o conceito de racionalidade aparece como uma bússola para Campos, o conceito de “emocionalidade” também, conquanto o

sinal inverso para classificar os seus opositores intelectuais. À liberdade política reivindicada pelas oposições ao Regime Militar, Campos tenta adicionar a liberdade econômica.

O projeto defendido por Campos de um choque de mercado na economia brasileira será, em parte, efetivado pelo reformismo liberal dos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB) na década de 1990. Contudo, contrariando o receituário *camposiano*, FHC aplica o projeto invertendo a sua ordem original: primeiramente, construiu-se a estabilidade da moeda, e, posteriormente, as reformas liberalizantes que produziram a abertura econômica – privatizações, desregulamentações e abertura ao capital estrangeiro. Campos queria que as reformas viabilizassem a estabilidade monetária, mas o que aconteceu é que a estabilidade monetária viabilizou, pela política, as reformas neoliberais. Em alguma medida, é lícito interpretar que o projeto de economia política que serviu de referência às forças políticas no poder após a queda de Dilma Rousseff, seja no governo Temer, seja no governo Bolsonaro, representa, em grande medida, uma “segunda ofensiva” de reformismo liberal inspirado na visão de Brasil gestada por Campos.

O conflito entre liberalismo econômico e “formas de protecionismo econômico” existia desde fins do século XIX. Esse embate se robustece ao longo do século XX, transformando a sociedade brasileira através da industrialização e da urbanização (Bielschowsky, 1988). Portanto a economia, entendida como uma ciência social, tem papel privilegiado nesse cenário descrito. Roberto Campos se apresenta historicamente como um dos mais destacados operadores políticos e intelectuais oriundos da Ciência Econômica. A partir do seu ecletismo teórico, influenciou as agendas desenvolvimentistas (1950-1975) e liberais (1975-1995). Ao traduzir intelectualmente um projeto de transformação nacional, Campos ultrapassou as fronteiras que separam a academia e a política. Comentando a importância de Roberto Campos, Perez (2021, p. 292) conclui: “O objetivo deste trabalho foi descrever a intensidade e qualidade dessa participação. Algumas vezes derrotado, outras vezes vitorioso, o economista foi uma espécie de preceptor das elites brasileiras em todo esse intervalo temporal”. E acrescenta que, “dos anos 50 aos 90, participou ativamente de todos os debates de importância no país – seja sobre temas internos ou externos. E em todos apresentou acuidade e consistência”. Posto isso, expõe que, “observada a história do país nesses 45 anos, é constrangedora a proximidade do ideário

PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O Pensamento Político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-1995)*. 2. ed. Editora UFSM: Santa Maria, 2021.

do autor com o quadro de decisões advindo do poder público. Campos foi, em regra, um vencedor”.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *A Construção Política do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2014.

HAYEK, Friedrich Auguste. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O Pensamento Político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950–1995)*. 2. ed. Editora UFSM: Santa Maria, 2021.

ROCHA, Camila. *Menos Marx mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira*. São Paulo: Editora Todavia, 2021.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010.

SKINNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. In: *Visions of Politics*, v. 1, Cambridge: Cambridge University Press, 2005.